



EDUCAÇÃO FINANCEIRA NA INFÂNCIA

Sonia Maria Destefani*

RESUMO

Este artigo discorre sobre a importância da educação financeira na infância. A pesquisa, de caráter qualitativo, caracterizada como estudo de caso, foi realizada no segundo semestre do ano de 2014, com pais de crianças em idade escolar, cursando o período compreendido desde a pré-escola até o quinto ano do ensino fundamental, da rede de ensino privada e pública, do município de Sinop, Mato Grosso. Teve como objetivo constatar se os pais estão empenhados em ensinar seus filhos a lidar com dinheiro, e verificar de que forma acontece essa educação financeira.

Palavras-chave: Educação Financeira. Pais de alunos. Infância.

1 INTRODUÇÃO

A falta de informações sobre o planejamento financeiro tem levado um grande número de famílias ao endividamento, por isso, entendemos como relevante abordar as questões financeiras no contexto familiar, desde a infância.

Esse desajuste econômico tornou-se um problema social e tem gerado debates em vários setores da sociedade brasileira, o que levou especialistas no assunto chegarem ao consenso que se deve começar a falar sobre o uso do dinheiro desde cedo, nas escolas e dentro de casa.

Convidar os filhos para colaborarem no planejamento financeiro doméstico é interessante, porque assim, todos terão noção de quanto a família dispõe para as despesas da casa. Isso evita o consumo desenfreado e o descontrole das finanças, que são as causas do endividamento da maioria das famílias brasileiras.

* Este artigo é um recorte do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado **EDUCAÇÃO FINANCEIRA NA INFÂNCIA**, sob a orientação da Professora Dr.^a Sandra Luzia Wrobel Straub, Curso de Pedagogia, Faculdade de Educação e Linguagem (FAEL) da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), *Campus* Universitário de Sinop, 2015/2. E-mail: soniadestefani@yahoo.com.br.

O reflexo da falta da educação financeira na vida do trabalhador brasileiro é percebido quando, ao efetuar uma compra, ele se preocupa somente em saber se o valor da prestação vai se adequar ao montante do seu salário. Geralmente, ele não se atém aos juros embutidos nas parcelas e nem ao valor final daquilo que adquiriu. Esse analfabetismo financeiro forma cidadãos que trabalham muito e usufruem pouco, justamente por não saberem lidar com o dinheiro. D'Aquino e Maldonado (2012, p. 84) afirmam que “o sujeito bem-educado em relação ao dinheiro não é aquele que paga as contas em dia; é o que sabe fazer escolhas”.

Se bem informado em relação ao dinheiro, esse mesmo trabalhador fará as contas e perceberá que o mais vantajoso é poupar e adquirir o bem pagando a compra no ato, feito isso, ele terá descontos significativos por estar comprando à vista.

A educação financeira não trata do dinheiro em sua quantidade, mas de que maneira o sujeito pode conseguir tirar o melhor proveito dos valores que dispõe. Ela orienta a poupar e a consumir conscientemente para, no futuro, usufruir de uma vida economicamente estável, em um planeta menos poluído, pois, saber comprar, também evita trocas e descartes desnecessários.

Educar os filhos financeiramente tornará o assunto comum dentro dos lares das famílias brasileiras, e fará com que as crianças cresçam sabendo fazer o uso racional do dinheiro.

Comprar com parcimônia, evitar as substituições dos eletrônicos a cada novidade lançada no mercado, evitar o desperdício de alimentos, energia elétrica e água, são amostras de atitudes exemplares, que os pais devem passar para os filhos.

Para evitar problemas financeiros no futuro, é recomendado trabalhar a educação financeira desde a infância. Nesta perspectiva, esse estudo propõe refletir sobre o objetivo da educação financeira na infância, e de que maneira está sendo discutida essa proposta.

No que se refere à metodologia, destacamos que a análise e interpretação dos dados da pesquisa, que ora apresentamos neste trabalho monográfico, sustentou-se em estudos bibliográficos através de livros, artigos. Segundo Gil (2010, p. 29) “a pesquisa bibliográfica é sustentada em materiais já publicados”.

Para a coleta de dados, no segundo semestre de 2014, foram distribuídos cem questionários aos pais de crianças que estudam desde a pré-escola até o quinto ano do ensino fundamental, em escolas públicas e privadas, no município de Sinop, MT. Foram devolvidos cinquenta e sete questionários. Destes, oito foram respondidos por homens, com idade média de quarenta e dois anos, e quarenta e nove mulheres, com trinta e seis anos, em média. A maioria se declarou casado.

Suas profissões abrangem várias áreas: funcionário público, professor, profissional liberal, vendedor, estudante, empresário, dona de casa, auxiliar de contabilidade. Quanto à instrução formal, um informou possuir o ensino médio incompleto, dez, o ensino médio completo, dezenove, o ensino superior incompleto, e vinte e cinco, disseram possuir o ensino superior completo. A média de filhos por casal é de dois, com idade média de nove anos.

As entrevistas tiveram questões abertas, o que proporcionou maior liberdade para o entrevistado discursar sobre o assunto. Entendemos que o estudo de caso requer cuidados nos procedimentos e clareza nas perguntas, para obter do pesquisado as informações necessárias nos questionários, a fim de alcançar maior credibilidade.

2 EDUCAÇÃO FINANCEIRA E A FAMÍLIA

A sociedade brasileira tem passado por grandes transformações nos últimos anos. Diminuíram os nascimentos, a expectativa de vida aumentou, e o conceito de família está mudando. Na sociedade contemporânea, a união tradicional formada por pai, mãe e filhos está deixando de ser o único núcleo conhecido como família. Macedo (2012, p. 9), esclarece que:

As famílias do século passado eram maiores, e o convívio entre seus membros, bem diferente de hoje. Os pais possuíam um papel centralizador, e o marido, principalmente, era tido como autoridade máxima do lar. Era uma sociedade fortemente patriarcal, na qual os filhos e a mulher muitas vezes, não tinham voz ativa – a eles cabia obediência.

A mulher contemporânea não aceita mais somente o papel de dona-de-casa. Ela evoluiu, trabalha fora, colabora com o sustento da família, e, em alguns casos, é a única provedora do lar. O número de filhos também diminuiu e sua importância dentro da família, aumentou. Por conta do trabalho, muitos pais se sentem culpados pelo pouco tempo que ficam com seus filhos, por deixá-los em casa aos cuidados de terceiros, ou na escola.

Para atenuar esse sentimento de culpa, passam a recompensá-los financeiramente, trazendo presentes ou satisfazendo todas as vontades da criança. Todavia, essa maneira encontrada pelos pais para suprir a falta afetiva, pode ocasionar problemas às crianças.

Em nossa pesquisa de campo, de acordo com os dados coletados, constatamos que 72% dos pais disseram presentear os filhos somente em datas especiais e, 28% afirmaram fazê-lo em qualquer ocasião. De acordo com Cerbasi (2011, p. 61), “Crie significado para cada conquista. Presentei seus filhos somente quando houver motivos”.

Ainda em relação às compras, 4% dos pais alegaram satisfazer todos os possíveis desejos de consumo dos filhos. A autora Macedo (2012, p. 26), considera que “ensinar o filho

a enfrentar as dificuldades por meio desses agrados (que erradamente são entendidos como forma de dar carinho) é o primeiro passo para torná-lo um futuro consumista”. No entanto, 96% dos que responderam o questionário, afirmam que não compram tudo que os filhos pedem.

Percebemos, pelos comentários desses pais, que a maioria está empenhada em criar filhos consumidores conscientes, mesmo que a renda familiar permita certos exageros. Macedo (2012, p. 26), considera positivas essas atitudes, quando informa que “com a ajuda e com exemplos dos pais, as crianças podem aprender a restringir certas vontades, a trocar uma coisa por outra, a aceitar que existe momento certo para cada atividade”.

Pela renda informada por essas famílias, fontes de nossa investigação, 16% dos pais disseram receber acima de vinte salários mínimos, 26%, entre dez e vinte salários mínimos, outros 26% disseram receber entre quatro e dez salários mínimos, 18% recebem de dois a quatro, e 14% afirmaram receber até dois salários mínimos. Ressaltando que o valor do salário mínimo vigente à época da pesquisa, era de setecentos e vinte e quatro reais.

Observamos, pela fala dos pais, que todos seguem uma mesma linha de pensamento, mesmo com parâmetros de renda tão discrepantes. Domingos (2012, p. 47) comenta que “o importante é que, independente de sua classe social, você precisa aprender a viver de acordo com o que ganha. Ou seja, manter um padrão de vida sustentável, que lhe permita estar sempre na posição de poupador, e não de devedor”.

O relacionamento entre os membros da família atual, que podemos dizer que está mais democrático, permite que os filhos passem a ter voz nas decisões familiares, inclusive, demonstrando muita influência sobre as compras da família, sejam em bens de consumo, ou duráveis. D’Aquino e Maldonado (2012, p. 71), abordam essa questão e explicam que:

É muito mais fácil convencer uma criança que vê a propaganda coloridinha e acha que, portanto, o carro é legal, do que convencer um adulto sobre aspectos como potência do produto, manutenção, economia. Isso é muito mais complicado e racional. Então, o foco é convencer as crianças [...]. Isso não significa que as crianças tenham maturidade para tomar essa decisão. É absurdo dar a uma criança esse poder [...].

Com maior liberdade dentro das relações familiares, e com o poder de decisão outorgado pelos pais, nada mais natural que os filhos sejam estimulados a discutir sobre as despesas da casa e do orçamento doméstico. Indagados sobre essa questão, as famílias, sujeitos da pesquisa de campo, relataram que conversam com os filhos sobre esses assuntos, e as justificativas não diferem muito umas das outras, como se percebe por alguns dos comentários transcritos:

Ao analisarmos a escrita de Macedo (2012, p. 48), onde relata que “os filhos aprendem por meio de conversas, mas principalmente pelo comportamento, gestos e posturas dos pais”, percebemos que essas famílias estão no caminho apontado pelo educador financeiro.

E é através de muito diálogo, que entendemos que os pais irão conseguir proteger seus filhos do avanço da publicidade sobre o público infantil. Hoje, a maioria das campanhas de *marketing* estimulando o consumismo, é direcionada à criança, um ser em formação, facilmente manipulável. As empresas já notaram essa tendência, e a maioria das propagandas é dirigida às crianças, que estão cada vez mais bem informadas, devido ao acesso à internet e à televisão.

Essa situação ocorre, porque no mundo capitalista, o estímulo ao consumo é parte da engrenagem econômica: comprar e vender faz a economia girar. O livre comércio é saudável, o que não é aceitável é a venda por coerção ou indução, para pessoas que não possuam capacidade de discernimento, como determina o Código de Defesa do Consumidor, na Lei nº 8.78/1990, artigo 37, parágrafo 2º:

É abusiva, dentre outras a publicidade discriminatória de qualquer natureza, a que incite à violência, explore o medo ou a superstição, se aproveite da deficiência de julgamento e experiência da criança, desrespeite valores ambientais, ou que seja capaz de induzir o consumidor a se comportar de forma prejudicial ou perigosa à sua saúde ou segurança. Cabe aos pais limitar o consumo das crianças para evitar adultos desequilibrados.

A televisão é o meio mais utilizado pelos anunciantes, já que, sem o controle dos pais, as crianças passam várias horas do dia em frente a esse aparelho. Sobre esse assunto, Macedo (2012, p. 71), comenta que:

Segundo a empresa especializada em análise do comportamento de compra dos consumidores (TNS/InterScience, 2003), as crianças são responsáveis por 80% das decisões de compra de uma família [...] são elas as mais impactadas pelas mídias, especialmente pela televisão e pela internet.

Preocupados com o impacto negativo que essa exposição pode causar no desenvolvimento da criança, setores da sociedade civil e do governo, resolveram vigiar mais de perto a propaganda direcionada ao público infantil. Então, em 12 de Outubro de 1991, com a LEI Nº 8.242, foi criado o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), órgão ligado a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, integrado por representantes do Poder Executivo e representantes de entidades não governamentais, que possuem atuação em âmbito nacional na promoção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes.

O modelo de família que temos hoje prioriza o consumo. Pessoas felizes, gastando seu dinheiro sorrindo, é o que mais se vê nas propagandas, passando a imagem de que comprar é sinônimo de felicidade.

Seria mais proveitoso para a família, se nos finais de semana os pais se reunissem com seus filhos para conversarem, trocar experiências, falar dos acontecimentos cotidianos, ou simplesmente, brincar em parques para aproveitar o tempo livre.

Sobre esses momentos dedicados à família, Cerbasi (2011, p. 59) orienta: “Não se esqueça de compartilhar com seus filhos o prazer que você sente em tê-los a sua volta. Não se esqueça de dizer que os ama”.

A maioria das famílias, ao invés de passear, prefere sair para fazer compras. Esse comportamento faz com que a criança acabe ligando o lazer às compras e, ainda que sejam de pouca idade, elas já conhecem marcas e sabem exatamente o que pedir. Cerbasi (2011, p. 60), comenta sobre essa atitude dos pais:

Pais e mães presenteiam seus filhos mais do que deveriam. Mais até do que estes esperam, em um primeiro momento. A enorme expectativa das crianças por presentes a cada ida ao shopping, a cada viagem e a cada fim de semana surge quando elas ainda são pequenas. Quando ainda não esperam nada além do carinho e do tempo para matar a saudade dos pais, mas o que recebem é um presente. Adultos consumistas formam filhos consumistas.

Essa ciranda de compras sem planejamento de gastos, tem levado várias famílias ao endividamento, e a causa de todo esse desajuste econômico é a falta de se fazer um orçamento sobre as despesas domésticas. Isso ocorre, porque a educação financeira ainda não faz parte da vida da maioria dos brasileiros. Cerbasi (2011, p. 23), diz que “adultos também precisam esforçar-se para aprender os benefícios do planejamento financeiro numa economia estável, pois essa realidade é novidade em nossa cultura”.

A falta de planejamento dos gastos é, provavelmente, a causa de muitas pessoas passarem por dificuldades financeiras decorrentes do mau uso do dinheiro. A esse comportamento, de acordo com os autores, dá-se o nome de desequilíbrio financeiro: quando as contas entre o que a família recebe e o que ela gasta, não fecham.

Inverter essa situação leva certo tempo, e precisa ter a colaboração de todos. Macedo (2012, p. 20), explica que “teoricamente, o equilíbrio financeiro se dá quando gastamos a mesma quantidade do que recebemos”. É por isso que as famílias precisam entender a importância da educação financeira na infância, levar esse assunto para dentro do lar e expor isso a todos, desde os primeiros anos de vida.

Educar o filho financeiramente não significa ensiná-lo a economizar, mas sim, a saber trabalhar com o dinheiro, no intuito de ter uma vida confortável. Realizar um sonho é o desejo da maioria das pessoas, seja ele pessoal, financeiro ou amoroso e, é essa determinação para se atingir tais objetivos, que faz as pessoas trabalharem por uma melhor qualidade de vida.

Para as pessoas comuns, entendemos que a qualidade de vida se resume a um bom emprego, atendimento médico de qualidade, casa própria, uma boa alimentação, boa educação para os filhos e uma poupança para garantir os imprevistos. Com a situação financeira em ordem, o indivíduo sente-se encorajado para enfrentar as adversidades e evita conflitos familiares relacionados ao dinheiro. Sobre qualidade de vida, Delors (apud MOREIRA, 2001, p. 138), comenta:

O desenvolvimento humano é um processo que visa ampliar as possibilidades oferecidas às pessoas. Em princípio, essas possibilidades podem ser infinitas e evoluir com o tempo. Contudo, em qualquer nível de desenvolvimento, as três principais, do ponto de vista das pessoas, é ter uma vida longa e com saúde, adquirir conhecimentos e ter acesso aos recursos necessários a um nível de vida decente. Na falta dessas possibilidades fundamentais, muitas outras oportunidades permanecerão inacessíveis.

Para que os filhos possam usufruir um futuro tranquilo economicamente, é preciso que a família pratique atitudes saudáveis no presente. Analisar o preço dos produtos diante das crianças e não comprar por impulso, são ótimas dicas, que mostram na prática, como deve ser o consumo consciente. Aceitar opiniões das crianças na hora dos gastos não é errado, mas deixar que elas decidam uma compra e tenham sempre tudo que querem, pode trazer problemas.

Sobre essas afirmações, D'Aquino e Maldonado (2012, p. 12), relata que “A ideia de trauma, por exemplo, de que não se pode frustrar a criança, é a contramão de tudo que há na psicanálise, que fala exatamente de ordenar, de disciplinar o desejo.” Ou seja, de acordo com as autoras, receber um não faz parte da aprendizagem e a criança precisa saber aceitá-lo.

Uma das causas do grande número de dívidas familiares é a falta de percepção daquilo que se realmente precisa. Por isso, a família precisa saber frear os seus impulsos consumistas.

O que diferencia o consumo do consumismo, é que no primeiro as pessoas adquirem itens que são necessários para a sua sobrevivência; já, no consumismo, se gasta com compras supérfluas, que nem sempre é a melhor opção. Geralmente, o consumista compulsivo tende a buscar por marcas conhecidas, produtos da estação e de grande apelo comercial, que as empresas de publicidade noticiam como sendo a última novidade. Resguardar os filhos desse meio é função das famílias. D'Aquino e Maldonado (2012, p. 14), explicam que:

A qualidade do convívio com os pais e da educação recebida terão peso na formação do futuro adulto. Os posicionamentos dos pais em questões como estímulos, desejos, limites e comportamentos, desde a mais tenra idade, irão determinar se o filho terá ou não equilíbrio financeiro na vida adulta.

O dinheiro, quando bem gerido e aliado a outras satisfações pessoais, traz harmonia e paz para a família. Sobre esse enfoque, Domingos (2012, p. 51), acrescenta que:

Não se trata apenas de uma questão de dinheiro. O que você terá em uma situação financeira de equilíbrio é paz de espírito, possibilidade de focar suas energias em algo muito mais prazerosa que o dinheiro. Se a sua saúde financeira estiver equilibrada, suas ideias, seu rendimento profissional e intelectual, bem como sua capacidade de pensar em novos negócios serão renovadas.

Assim, percebemos novas iniciativas, que confirmam que a educação financeira na infância vem sendo tratada como assunto sério, um investimento em futuros adultos que serão conscientes da importância de saber ganhar, poupar e investir o seu dinheiro.

Entretanto, esse assunto não deve ser tratado pela família de forma isolada. Ao ser abordado, entendemos que se deve reiterar que, acima de tudo, o mais importante para a família ainda é preservar a união, o amor, seus princípios e valores morais.

3 CONCLUSÃO

A pesquisa procurou mostrar a importância da educação financeira na infância e de quais maneiras ela acontece dentro do ambiente familiar. Para compor a pesquisa, foram enviados questionários a pais, de profissões e classes sociais diversas, residentes no município de Sinop-MT, a fim de confrontar os resultados, pois a pesquisa foi aplicada a sujeitos com realidades econômicas diferentes.

Foi possível perceber que, independente do patamar social, os pais têm consciência da importância da educação financeira durante a infância, mas, no entanto, uma parcela mínima dos entrevistados acredita que ainda é muito cedo para iniciar esse processo.

A pesquisa também levou alguns pais a refletirem sobre a importância de ensinar os filhos a pouparem, a se aterem ao consumo consciente e cuidarem dos materiais escolares e brinquedos.

Trabalhando a criança hoje, possivelmente teremos um cidadão adulto crítico sobre o consumismo, formador de opinião e com consciência sobre a escassez dos recursos naturais

do planeta. Ao trabalharmos a importância do consumo consciente com as crianças, impactaremos mudanças no mundo em que ela vive.

FINANCIAL EDUCATION IN CHILDHOOD

ABSTRACT¹

Term paper, that focus on the importance of the financial education in childhood. This research, of qualitative character, characterized as study of case, was made on the second semester of 2014, with parents of children in school age, in which include children from pré school until the fifth grade of elementary school, of private and public schools in Sinop, MT. It aims in see if the parents are committed in teach their children how to deal with money, and see in which way this process of financial education happens.

Keywords: Financial Education. School Parents. Childhood.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990. Código de Defesa do Consumidor. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 12 set.1990.

CERBASI, Gustavo. **Pais inteligentes enriquecem seus filhos**. Rio de Janeiro: Sextante, 2011.

D'AQUINO, Cássia; MALDONADO, Maria Tereza. **Educar para consumo**: como lidar com os desejos de crianças e adolescentes. São Paulo: Papirus 7 Mares, 2012.

DOMINGOS, Reinaldo. **Terapia financeira**: realiza seus sonhos com educação financeira. São Paulo: DSOP Educação Financeira, 2012.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MACEDO, Celina. **Filhos**: seu melhor investimento. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

MOREIRA, Wagner Wey. **Qualidade de vida**: complexidade e educação. Campinas: Papirus, 2001.

Recebido em: 23 de setembro de 2015.

Aprovado em: 26 de outubro de 2015.

¹ Tradução realizada por Geysiane Alexandre Araujo da Silva. Licenciada em Língua Inglesa pela Universidade Federal de Mato Grosso.